

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

LEI COMPLEMENTAR Nº 186, DE 19 DE MARÇO DE 2025

Altera dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 78, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará e disciplina as carreiras que a integram.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar Estadual nº 78, de 28 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Administração Tributária, instituição de caráter permanente e vinculada ao interesse público, como atividade essencial ao funcionamento do Estado, será exercida pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), responsável pela administração tributária estadual, e executada por servidores de carreiras específicas e exclusivas, nos termos do inciso XXII do **caput** do art. 37 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 5º-A A administração tributária exerce, com exclusividade, o poder de polícia fiscal, que consiste na capacidade de disciplinar ou limitar o exercício de direitos, visando proteger os interesses coletivos.

§ 1º O poder de polícia se exterioriza mediante a expedição de normas regulamentares, pela atividade de fiscalização e controle das atividades econômicas e sociais, bem como pela aplicação de sanções no âmbito dos processos administrativos tributários.

§ 2º No desempenho do poder de polícia fiscal é assegurada à administração tributária ampla capacidade investigatória, podendo ter acesso às informações em relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, a serem prestadas pelos sujeitos elencados no art. 197 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, respeitadas a proteção de dados sensíveis e o sigilo das informações, nos termos das legislações específicas.

Art. 7º A Administração Tributária, exceto no que se refere o inciso VI do art. 6º desta Lei Complementar, será dirigida pelo Subsecretário da Administração Tributária, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 5º Poderá ocupar o cargo de Subsecretário da Administração Tributária o Auditor Fiscal de Receitas Estaduais que cumprir os seguintes requisitos obrigatórios:

- I - ter mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício no cargo; e
- II - ter ocupado, por 4 (quatro) anos, contínuos ou não, cargo em comissão e funções gratificadas inerentes aos órgãos de administração tributária.

Art. 10.

VII - pagamento das verbas previstas no art. 35-A desta Lei Complementar, conforme disponibilidade financeira e orçamentária do fundo.

§ 1º Os recursos do Fundo de Investimento Permanente da Administração Tributária do Estado do Pará (FIPAT) poderão ser destinados a despesas de custeio da Secretaria de Estado da Fazenda, inclusive para o pagamento das verbas previstas no inciso VII do **caput** deste artigo, excetuadas as despesas referentes a pagamento de pessoal e encargos sociais.

§ 2º Fica assegurado o mínimo de 30% (trinta por cento) dos recursos do Fundo de Investimento Permanente da Administração Tributária do Estado do Pará (FIPAT), para as despesas de investimentos, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores das carreiras previstas nesta Lei Complementar.

Art. 11.

VIII - 5% (cinco por cento) do produto da arrecadação anual da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), prevista na Lei Estadual nº 7.591, de 28 de dezembro de 2011.

Art. 16.

VIII - 3 (três) Auditores Fiscais de Receitas Estaduais, com tempo de efetivo exercício no cargo igual ou superior a 5 (cinco) anos; e

IX - 3 (três) Fiscais de Receitas Estaduais, com tempo de efetivo exercício no cargo igual ou superior a 5 (cinco) anos.

§ 4º É vedado aos titulares das diretorias executivas das entidades de classes concorrerem a eleição para membro do Conselho Superior da Administração Tributária do Estado do Pará (CONSAT).

§ 5º É vedado aos ocupantes dos cargos de Secretário de Estado da Fazenda, de Subsecretário da Administração Tributária e de cargos em comissão de direção e coordenação concorrerem a eleição para membro do Conselho Superior da Administração Tributária do Estado do Pará (CONSAT).

Art. 17.

VI - manter monitoramento permanente sobre o quantitativo do quadro de pessoal ativo na Administração Tributária, e realizar estudo sobre lotação mínima e ideal;

XI - acompanhar o ingresso das receitas e a execução das despesas do Fundo de Investimento Permanente da Administração Tributária Estadual (FIPAT);

XII - regulamentar os termos, os critérios e as condições sobre a remoção dos servidores da Administração Tributária prevista no art. 54 desta Lei Complementar;

XIII - apreciar os recursos de que trata os §§ 3º e 5º do art. 54 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Incumbirá ao Conselho Superior da Administração Tributária do Estado do Pará (CONSAT), com base no estudo de que trata o inciso VI do **caput** deste artigo, solicitar ao Secretário de Estado da Fazenda a realização de concurso público para ingresso nos cargos das carreiras da administração tributária.

Art. 18.

§ 2º

I - acima de 7 (sete) anos para direção do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF);

II - acima de 5 (cinco) anos para os cargos em comissão de diretoria;

§ 5º Os ocupantes dos cargos em comissão previstos no inciso I do **caput** deste artigo, exceto o de Subsecretário de Administração Tributária, serão escolhidos pelo Secretário de Estado da Fazenda e encaminhados ao Chefe do Poder Executivo para nomeação.

Art. 19. Compete ao Subsecretário da Administração Tributária:

I - dirigir a Administração Tributária, exceto no que se refere às competências previstas no inciso VI do art. 6º desta Lei Complementar;

Art. 23-A. As atividades dos servidores da administração tributária do Estado do Pará poderão ser executadas à distância, em local diverso das dependências físicas da unidade de trabalho de lotação do servidor, de forma remota, na modalidade de trabalho híbrido.

Parágrafo único. As atividades executadas na modalidade de trabalho híbrido de que trata o **caput** deste artigo serão regulamentadas em ato do Secretário da Fazenda.

Art. 23-B. As atividades dos servidores da Administração Tributária do Estado do Pará em unidades de funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), executadas em escalas de revezamento, cumprirão, no somatório dos plantões trabalhados, carga horária equivalente à estabelecida para atividades desenvolvidas em regime regular.

Parágrafo único. As atividades executadas na modalidade de escalas de revezamento de que trata o **caput** deste artigo serão regulamentadas em ato do Secretário da Fazenda.

Art. 24.

VII - progressão funcional: deslocamento funcional de servidor, entre referências na mesma classe;

VII-A - promoção funcional: deslocamento funcional de servidor, entre classes no mesmo cargo;

Art. 35-A. Em razão da demanda extraordinária de trabalho exigida para o cumprimento de metas de incremento na arrecadação tributária superiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual, os servidores ativos das carreiras de que trata esta Lei Complementar perceberão verba compensatória, de natureza indenizatória, para fazer face aos gastos complementares com alimentação, uso de veículo próprio ou deslocamento.

§ 1º O pagamento da vantagem a que se refere este artigo será em cotas cujo valor unitário será auferido na forma do § 1º do art. 36 desta Lei Complementar, com valor máximo de 900 (novecentas) cotas por trimestre, observada a disponibilidade financeira e orçamentária do Fundo de Investimento Permanente da Administração Tributária do Estado do Pará (FIPAT).

§ 2º As metas de que trata o **caput** serão fixadas em ato do Secretário da Fazenda, observados critérios estatísticos e externalidades de ordem legal, judicial, econômica e outras, além das reavaliações de meta realizadas ao decorrer do ano.

§ 3º Para a percepção da verba compensatória no montante máximo previsto no § 1º deste artigo, será exigido o incremento da arrecadação tributária em percentual mínimo de 8% (oito por cento) acima da estimativa fixada na Lei Orçamentária Anual.

§ 4º A verba a que se refere este artigo será paga trimestralmente a todos os servidores ativos, exceto aqueles que se encontrem afastados voluntariamente aguardando aposentadoria.

§ 5º O cumprimento das metas previstas no **caput** deste artigo será avaliado trimestralmente e embasará o pagamento da verba compensatória subsequente.

§ 6º A verba de que trata o **caput** deste artigo será regulamentada em ato do Poder Executivo, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 38. O desenvolvimento nas carreiras é a evolução nas classes e referências salariais, por meio dos mecanismos de progressão ou promoção, a partir do efetivo exercício no cargo.

Art. 39. A progressão e a promoção funcionais visam incentivar a melhoria de desempenho de servidores estáveis no exercício das suas atribuições, a mobilidade nas respectivas carreiras e a decorrente melhoria salarial, observados os critérios definidos nesta Lei Complementar e em regulamento próprio.

§ 1º As progressões e promoções obedecerão, alternadamente, aos critérios de antiguidade e merecimento.

§ 2º As progressões e promoções por antiguidade e merecimento serão apreciadas pelo Conselho Superior da Administração Tributária, que atuará quando provocado.

§ 3º As progressões e promoções por antiguidade dependem unicamente do decurso do tempo de efetivo exercício de 2 (dois) anos para avançar à referência ou classe imediatamente superior àquela a qual pertence.

§ 4º A progressão e promoção por merecimento obedecerão a critérios de ordem objetiva, considerando-se a conduta, desempenho no exercício do cargo, presteza, frequência, experiência e aproveitamento em eventos de capacitação e de aperfeiçoamento oferecidos ou reconhecidos pela Administração Tributária, sem prejuízo de outros critérios previstos em lei.

§ 5º Nas progressões ou promoção por merecimento o servidor deverá atingir a pontuação mínima estabelecida no Sistema de Avaliação de Desempenho para avançar à referência ou classe imediatamente superior àquela a qual pertence.

Art. 40. O servidor que não estiver no exercício do cargo não concorrerá à promoção e progressão, salvo as hipóteses de efetivo exercício.

§ 1º São hipóteses de efetivo exercício, para efeito do que dispõe este artigo aquelas dispostas no art. 8º da Lei Estadual nº 9.156, de 23 de dezembro de 2020.

§ 2º O servidor em qualquer das hipóteses listadas como efetivo exercício será habilitado à progressão e promoção:

I - pelo critério antiguidade, desde que cumprido o interstício definido no § 3º do art. 39 desta Lei Complementar;

II - pelo critério merecimento, aplicando-se a média geral do cargo, na hipótese em que o servidor não possa ser individualmente avaliado ou não tenha completado o tempo mínimo definido em regulamento para efeito de avaliação de desempenho.

Art. 41. Para efeito de promoção e progressão por antiguidade considera-se o tempo de efetivo exercício no cargo, na forma da lei.

Art. 42. Por ocasião da primeira progressão por merecimento serão consideradas as avaliações de desempenho realizadas no estágio probatório.

Art. 43. Os procedimentos para a avaliação de desempenho, necessários à progressão e promoção por merecimento, serão estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 47. I - comissão específica de avaliação funcional, que emitirá parecer conclusivo nos processos de avaliação, garantidos a ampla defesa e o contraditório;

Art. 54. I - b) mediante permuta, por meio do banco de permuta previsto no art. 56-A desta Lei complementar;

§ 4º Não poderá solicitar permuta o servidor lotado na unidade em período inferior a 2 (dois) anos.

§ 5º A permuta de que trata a alínea "b" do inciso I do caput deste artigo poderá ser indeferida pelo titular da Secretaria da Fazenda mediante demonstração de prejuízo ao serviço público, com direito de recurso ao Conselho Superior da Administração Tributária do Estado do Pará (CONSAT).

§ 6º Antes de nomear novos concursados, a Secretaria de Estado da Fazenda promoverá concurso de remoção entre os servidores das Carreiras da Administração Tributária do Estado Pará.

Art. 56. A remoção que trata o art. 54 desta Lei Complementar dar-se-á por intermédio de ato do Secretário de Estado da Fazenda, cabendo ao Conselho Superior da Administração Tributária do Estado do Pará (CONSAT), a sua regulamentação, observadas as regras estabelecidas nesta Lei Complementar e na Lei Estadual nº 5.810, de 1994.

Art. 56-A. Fica instituído o Banco de Permuta para os servidores estáveis das Carreiras da Administração Tributária, cabendo ao Conselho Superior da Administração Tributária do Estado do Pará (CONSAT) a sua regulamentação.

Art. 2º Revogam-se os dispositivos:

I - da Lei Complementar Estadual nº 78, de 28 de dezembro de 2011, relacionados a seguir:

- a) parágrafo único do art. 2º;
- b) os §§ 1º a 4º do art. 7º;
- c) o parágrafo único do art. 14;
- d) os §§ 3º e 6º do art. 18;
- e) os incisos IV, V e VII do art. 19;
- f) o § 6º do art. 39;
- g) o parágrafo único do art. 42;
- h) o parágrafo único do art. 57.

II - a Lei Estadual nº 8.333, de 29 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 19 de março de 2025.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

Protocolo: 1178820

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº01/2024 – CAL

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL, neste ato representado através de seu Secretário Executivo, conforme atribuições e competências que lhe conferem o inciso III da Cláusula 24 do Protocolo de Intenções, ratificado

pela Lei nº 2.203 de 07 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Amapá nº 6.477, de 07 de julho de 2017, e da Cláusula 21 do Contrato de Consorcioamento, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá nº 6.898 de 11 de abril de 2019.

CONTRATADA: UMA AUTOMAÇÃO E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE REDES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.612.725/0001-42, sediada na SHCN CL 110 Bloco "A", Sala 202 – Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70753-510, e-mail luis.reis@uma-automacao.com.br, telefone (61) 3032-3436, daqui por diante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal Sr. Luiz Alberto Almeida Reis, portador da Carteira de Identidade nº 459513 - SSP/DF e CPF nº 225.457.601-

OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 01/2024, por mais um período de 12 (doze) meses, a contar de 20/03/2025 a 20/03/2026, conforme previsão na Cláusula Segunda;

o reajuste do valor anual do Contrato – R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais) no percentual de 3,86% - conforme convenção coletiva no de registro no MTE - DF 000276/2024 de 14/05/2024, perfazendo o valor mensal, a partir de março do ano corrente, de R\$ 2.908,08 (dois mil novecentos e oito reais e oito centavos), e o valor anual de R\$ 34.896,96 (trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos).

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 02/2024/CAL.

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2025.

COMARCA: Brasília/DF.

Brasília-DF, 18 de março de 2025.

Publique -se

MARCELLO BRITO

Secretário Executivo

Consórcio Amazônia Legal

Protocolo: 1178819

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

exonerar, de acordo com o art. 60, inciso I, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011, NATASCHA PENNA DOS SANTOS do cargo em comissão de Assessor Especial I. PALÁCIO DO GOVERNO, 19 DE MARÇO DE 2025.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

ERRATA

No Decreto publicado no Diário Oficial do Estado nº 36.164, de 19 de março de 2025, página 4, coluna 1, que trata da exoneração de JONATHAN JORDÃO DINIZ do cargo em comissão de Assessor Especial II: **Onde se lê:** PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE JANEIRO DE 2024.

Leia-se: PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE MARÇO DE 2025.

Protocolo: 1178821

DECRETO Nº 4536, DE 19 DE MARÇO DE 2025

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 14.960.326,67 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da Lei Orçamentária nº 10.850 09 de janeiro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 14.960.326,67 (Quatorze milhões novecentos e sessenta mil e trezentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos), para atender à programação abaixo:

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071011751214897568 - SEOP	42500000001	449051	5.797.538,05
111050412212978338 - Casa Civil	02500000001	339039	1.600.000,00
771012412212978338 - SECOM	02500000001	449052	57.600,00
792011812212978338 - IDEFLOR-Bio	02500000001	339033	1.893.000,00
792011812212978338 - IDEFLOR-Bio	02500000001	339036	306.000,00
792011812212978338 - IDEFLOR-Bio	02500000001	339037	4.351.000,00
792011812212978338 - IDEFLOR-Bio	02500000001	339139	50.000,00
862012612212978338 - CPH	02500000001	339039	900.000,00
901011030215078288 - FES	02600311049	339030	5.188,62
		TOTAL	14.960.326,67

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 19 DE MARÇO DE 2025

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

HANA GHASSAN TUMA

Secretária de Estado de Planejamento e Administração